

# Três orçamentos,

O ESTADO DE S. PAULO — 35

**Economia**

## nova opção do governo

**JOCIMAR NASTARI**

O governo federal poderá voltar a ter três orçamentos a partir do próximo ano, o que reverteria a atual tendência de unificação orçamentária. Estudos neste sentido foram iniciados recentemente pelo Ministério da Fazenda, revelou ontem assessor direto do ministro Dilson Funaro. O atual orçamento fiscal seria desdobrado em dois: um reuniria os investimentos na área social e o outro o custeio da administração direta. Os investimentos e custeio das empresas estatais continuariam com seu orçamento específico.

O auxiliar do ministro da Fazenda informou que uma série de outras

operações deixariam de ser reunidas sob a forma de orçamento, como as operações de crédito agrícola e de rolagem das dívidas da União, Estados e Municípios. Estas operações integravam, até o ano passado, o extinto orçamento monetário, e foram incluídas, a partir deste ano, no orçamento unificado da União.

Para o assessor de Funaro, esta reformulação orçamentária complementaria a holding financeira estatal, também em estudos. Com os novos orçamentos, o governo, na visão do auxiliar, faria uma administração de suas contas de forma mais transparente, separando com extrema clareza as operações tipicamente orçamentárias das execuções monetárias,

ou das instituições financeiras oficiais. A holding, ao assumir a administração das dívidas das estatais, fecharia o quadro de controle do governo sobre todos os seus gastos.

Este novo quadro, se realmente concretizado, eliminaria de vez, na visão do auxiliar do ministro da Fazenda, as discussões conceituais em torno do levantamento do déficit público. A nova estrutura orçamentária, observou, daria mais agilidade ao governo na sua política de investimentos.

O assessor observou que os estudos do Ministério da Fazenda são muito recentes e que, dependendo da sua condução e aceitação em outras áreas do governo, poderá tornar-se

realidade já em 1987. As análises, explicou, ainda não concluíram se o atual orçamento fiscal seria mesmo desdobrado em dois. Ele poderia ser mantido, juridicamente, como uma peça única, mas contendo dois blocos separados: um para o custeio da administração direta (pagamento de pessoal e demais despesas) e o outro para investimentos sociais.

Em relação às despesas do antigo orçamento monetário, os estudos preliminares não deixam margem para nenhuma dúvida, diz o assessor. Elas teriam que deixar de integrar qualquer orçamento, operações agrícolas como AGF (Aquisições do Governo Federal), EGF (Empréstimos

do Governo Federal), e financiamentos para investimentos em infraestrutura não precisariam estar sob a forma de orçamento porque são típicas do Banco do Brasil, agora um grande banco comercial do governo.

O BB faria a sua previsão de investimentos na área agrícola ao longo do ano. Recursos orçamentários seriam transferidos para a instituição, via Secretaria do Tesouro, apenas para a equalização das taxas de juros. O Banco do Brasil, historicamente, tem as taxas de empréstimo menores que as da captação, mesmo com a adição de um spread. Estas transferências estariam previstas no orçamento de custeio da administração direta.

A colocação de títulos da dívida pública para o financiamento das operações agrícolas, a execução da política monetária e a rolagem da dívida interna também ficariam reunidas no grupo "extra-orçamento". A venda dos títulos do governo, utilizada no financiamento de operações contidas nos orçamentos federais, seria contabilizada de forma agregada a estes.

O auxiliar do ministro da Fazenda revelou que os estudos pretendem que todos os orçamentos da União e até mesmo as contas "extra-orçamento" sejam analisados e aprovados pelo Congresso Nacional

(Brasília/Ag. Estado)